

APRESENTAÇÃO

Dossiê REESCRITA: Problematizando o turismo em meio à Pandemia

Thiago Sebastiano de Melo
Universidade de Brasília (UNB)

As transformações impostas na passagem de um ciclo industrial para um ciclo de serviços vinham sendo debatidas ao longo dos últimos anos. Diversas dimensões foram alvo de reflexões e proposições. Direitos humanos, trabalho, aspectos ambientais, econômicos, éticos entre tantos outros. Com a emergência da pandemia de Covid-19 e suas variantes muitas tendências se firmaram e se intensificaram e outras se mostraram circunstanciais.

Diante de um debate que tomou de assalto a vida em meio ao caos, não faltaram posições idealistas e outras desumanas. Seja na elaboração teórica, seja nas práticas cotidianas, a profusão de emoções e as medidas e protocolos para conter a circulação do vírus e as consequentes mortes deram a exata medida de uma sociabilidade permeada por uma disputa que opera no âmbito das narrativas, mas se materializa no real concreto.

O imediato impacto nas diferentes dimensões e escalas do fenômeno turístico deu lugar, desde o início, a disputas que contrapunham o “normal” ao “excepcional”. Todavia, pouco avançamos na indagação do quanto a dita normalidade comporta uma inegável e crescente fragmentação social que se espalha pelos absurdos. Ainda em 2020, diante de sinais de controle na taxa de contágio e no número de mortes, o mundo assistiu estarecido aos comércios reabrindo, às praias lotadas, às filas para retornar aos shoppings, aos shoppings se abrindo para circulação de carros. Indiferentes à corrosão do quadro social, muitos (novos) bilionários e milionários comemoraram o aumento de seus patrimônios. Os índices de fome e de alimentação inadequada dispararam. As milhões de vida ceifadas foram violenta e covardemente desrespeitadas com a

negação das evidências científicas e com o incentivo à não observação dos procedimentos sanitários.

Alguns países apresentaram a aceleração de debates públicos acerca da renda básica universal e outros mecanismos de redistribuição de renda e de combate ao desemprego estrutural, pauta que pouco foi aprofundada em vista da sua ligação direta com o contexto que tomou forma. Ainda assim, os governos que não efetivaram políticas de auxílio emergencial concorreram para degradação das condições de vida das populações. De diferentes maneiras o ranço de classe compareceu nesse cenário distópico real, se é pertinente tal oxímoro. Turistas entraram à força em territórios de populações tradicionais (muitas vezes abandonadas por governantes e Estados) em momentos em que estas decidiram pausar as visitas para se protegerem; governantes, em meio à crise sanitária e seus desdobramentos econômicos, comemoraram a alta do dólar por frear as viagens dos segmentos com menor poder aquisitivo que estavam até indo para a Disneylandia; protocolos de “segurança” foram antecipados e publicizados ignorando às recomendações científicas e o consenso internacional para proteger as empresas, enquanto as pessoas padeciam. Países da Europa à Ásia, passando por África e Américas, foram tocados por comportamentos e discursos negacionistas que flagelaram sujeitos e famílias com menores condições, ainda que também tenham vitimado representantes da burguesia.

O apressamento de ensaios de retomadas teve impacto direto no imaginário coletivo e nos números de pessoas infectadas e mortas, reafirmando a substância central da metanarrativa capitalista: a subjugação da vida aos imperativos da reprodução ampliada do capital. Por este motivo, também a profusão de atividades virtuais vinculadas ao turismo deu lugar ao florescimento de análises que buscaram vincular a necessidade de uma retomada das atividades (de produção, circulação e consumo de bens e serviços) sobreposta à garantia efetiva de condições para que as pessoas seguissem as recomendações sanitárias (aqui a própria conversão de cultos religiosos, academias de exercícios físicos entre outros em atividades essenciais é um deboche fúnebre).

Este foi o enlace que nos fez querer colocar em debate algumas análises que reflitam estas (pro)posições, tomando como ensejo as realidades brasileira, mexicana e moçambicana. Nos parece que a condição para tal é conceber que há uma pandemia chamada capital, para a qual a vacina mais adequada é a organização popular.

Agradecemos fortemente ao corpo editorial da Revista Sapiência por este dossiê, a primeira publicação coletiva da Rede Internacional de Estudos Críticos de Turismo, Território e

Autodeterminação - REESCRITA desde seu lançamento, em Nampula / Moçambique, em 2017.

Esperamos contar com as contribuições de quem nos lê para seguir aprofundando o tema.